

**HABEAS CORPUS Nº 548.200 - AP (2019/0355084-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : ELIAS REIS DA SILVA  
**ADVOGADO** : ELIAS REIS DA SILVA - AP002081  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA  
**PACIENTE** : SANDRO ALEX SAMPAIO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de SANDRO ALEX SAMPAIO DE OLIVEIRA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, nos autos da Apelação Criminal n. 0011984-81.2004.8.03.0001.

Depreende-se dos autos que, no dia 23/11/2007, o paciente foi condenado, pelo Juízo da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Macapá/AP, à pena de 21 anos de reclusão, pela prática, juntamente com outros corréus, dos crimes de sequestro e cárcere privado, e homicídios consumados e tentados contra três vítimas, cujos fatos ocorreram no dia 23/12/2003 (e-STJ fls. 19/33).

Narra a defesa que foi apresentado protesto por novo júri, o qual foi provido pelo Tribunal local, determinando a realização de novo julgamento popular.

Em novo julgamento realizado pelo Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Macapá/AP, em 28/5/2010, nos autos da Ação Penal n. 0011852-24.2004.8.03.0001, o paciente, além de outros corréus, foi condenado, pela prática dos crimes tipificados no art. 121, § 2º, incisos II, III, e IV, c/c o art. 14, inciso II, e no art. 148, *caput*, por três vezes, todos do Código Penal, à pena de 22 anos de reclusão, em regime inicial fechado (e-STJ fls. 155/168).

Inconformados, o paciente e corréu MARCO ANTONIO FERREIRA DA SILVA interpuseram, conjuntamente, o recurso de Apelação perante a Corte local, alegando, preliminarmente, nulidade posterior à pronúncia, consistente na quebra de incomunicabilidade dos jurados. No mérito,

argumentaram que o Conselho de Sentença os condenou sem observar o conjunto probatório, o qual os absolveria. Ainda, pleitearam a redução de pena, pelos seguintes motivos: a uma, porque seria equivocada a exasperação da pena-base em razão dos antecedentes, personalidade e conduta social; a duas, porque aplicada a regra do cúmulo material para os crimes de homicídio, quando o correto, no entender deles, seria a aplicação da regra da continuidade delitiva; a três, porque o crime de seqüestro teria sido absorvido pelo de homicídio qualificado, em obediência ao princípio da consunção.

Os demais corréus, DECIO DOS SANTOS FARIAS e FRANCISCO NILTON BEZERRA FARIAS JUNIOR também recorreram da sentença penal condenatória.

Em sessão de julgamento realizada no dia 27/9/2011, a Câmara Única do TJAP, à unanimidade, negou provimento aos apelos de MARCO e de FRANCISCO, contudo, deu parcial provimento ao recurso do paciente, reduzindo-lhe a pena, no que tange à vítima ROGEL DE PAULA, para 1 ano e 6 meses de reclusão, pelo crime de sequestro.

O acórdão foi assim ementado (e-STJ fls. 34/35):

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO  
TRIPLAMENTE QUALIFICADO. HOMICÍDIO  
QUALIFICADO TENTADO. SEQÜESTRO. JÚRI.  
NULIDADES. REUNIFICAÇÃO DE PROCESSOS.  
JULGAMENTO CONJUNTO DOS CORRÉUS. EXIGUIDADE  
DO PRAZO PARA OS DEBATES EM PLENÁRIO.  
CERCEAMENTO DE DEFESA. PARIDADE DE ARMAS  
ASSEGURADA. QUEBRA DA INCOMUNICABILIDADE DOS  
JURADOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. SUSPEIÇÃO  
DE JURADO. AMIZADE PESSOAL COM O PROMOTOR DE  
JUSTIÇA NÃO DEMONSTRADA. LEITURA DA SENTENÇA  
CONDENATÓRIA ANTERIOR. POSSIBILIDADE À LUZ DA  
LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO JULGAMENTO.  
AUTORIA DELITIVA. ALEGAÇÃO DE ACOLHIMENTO DE  
QUALIFICADORA MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.  
JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS NÃO  
CARACTERIZADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE.  
CONTINUIDADE DELITIVA. POSSIBILIDADE DE*

TRIPLICAR A PENA. CORRETA APLICAÇÃO DO CONCURSO MATERIAL. ABSORÇÃO DO CRIME DE SEQUESTRO PELO DE HOMICÍDIO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. QUESTÃO DE MÉRITO DA AÇÃO PENAL. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. 1) É regra no processo penal o julgamento conjunto dos corréus acusados pelos mesmos fatos, de modo que, havendo possibilidade, recomenda-se a reunião dos processos apartados para fins de submetê-los a julgamento no mesmo Júri, sem eiva de nulidade; 2) Inexiste cerceamento de defesa, pela exiguidade de tempo que coube a cada um dos defensores dos corréus nos debates, quando observada a regra dos §§ 1º e 2º, do art. 477, do CPP, segundo a qual "havendo mais de um acusado, o tempo para a acusação e a defesa deve ser acrescido de 01 hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, cabendo aos defensores combinarem entre si a distribuição desse prazo, que, na falta de acordo, será dividido pelo Juiz Presidente". Além disso, se o órgão acusador, a quem incumbia o ônus da prova, dispôs do mesmo prazo para sustentar sua tese, com relação a todos os corréus, forçoso reconhecer que restou assegurada a isonomia entre as partes, com paridades de armas; 3) Impõe-se ao Tribunal ad quem a rejeição da arguição de nulidade do julgamento, quando a alegação de quebra da incomunicabilidade não se faz acompanhada de nenhum elemento de prova de que os jurados mantiveram, por qualquer forma, comunicação entre si sobre os fatos relacionados ao processo ou, ainda, com outras pessoas estranhas ao julgamento, a respeito de quaisquer assuntos; 4) Mera conversa com o Promotor de Justiça, quiçá cumprimentos cordiais de urbanidade, não denotam a amizade reclamada pela lei como pressuposto de suspeição de jurados; 5) Antes da edição da Lei nº 11.689/2008, o art. 466, § 1º, do CPP facultava as partes indicarem quaisquer peças do processo para serem lidas em Plenário, razão pela qual não se pode considerar a nulidade do Júri em virtude da leitura da sentença condenatória proferida no julgamento anterior, tornado sem efeito pelo recurso de protesto por novo Júri; 6) Embora o Laudo de Exame Necroscópico não revele o emprego de meio cruel para a execução do crime de homicídio, existindo nos autos prova testemunhal a demonstrar que a vítima foi submetida a sofrimento desnecessário, não se há reputar de manifestamente contrária à prova dos autos, a decisão dos Senhores Jurados que acolheu a qualificadora; 7) Só se cogita em decisão manifestamente contrária às provas dos autos quando ela se dissocia de seu conjunto probatório, mostrando-se, por isso, visceralmente contrária à verdade

*apurada no processo. Inteligência do art. 593, do CPP; 8) Havendo duas versões para o crime de homicídio, a escolha pela mais verossímil, caracteriza opção lícita do Tribunal do Júri, juiz natural da causa, sem vez para alegações de nulidade; 9) Reconhecendo-se contra o réu circunstâncias judiciais desfavoráveis [CP, art. 59], razoável é a aplicação da pena-base acima do mínimo legal; 10) Em crimes dolosos contra a vida de vítimas diferentes, incide o parágrafo único do art. 71, do CP, segundo o qual, consideradas as circunstâncias do caso concreto, o juiz poderá aumentar a pena de um só delito, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, desde que a pena não exceda a que seria cabível pela regra do concurso material (CP, art. 69) e nem seja superior a 30 anos; 11) A aplicação do princípio da consunção, para reconhecer que um crime foi absorvido por outro, não é questão afeta a dosagem da pena, mas ao próprio mérito da Ação Penal, já que implica em absolvição do réu pela prática do crime absorvido. Neste contexto, se os Senhores Jurados, votando quesitos específicos, condenaram o réu por ambos os crimes, esta decisão não pode ser reformada pelo Tribunal ad quem, sob pena de burla ao princípio constitucional da Soberania dos Veredictos; 12) A teor do que orienta o art. 29 do CP quem concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade; 13) Pena fixada em quantum além do razoável há que ser reduzida em sede de apelação, para que seja ajustada a seu fim social e adequada ao seu respectivo destinatário, conforme orienta o critério trifásico de dosimetria; 14) Provimento parcial de dois apelos e improvimento dos demais recursos.*

No presente *habeas corpus*, a defesa argumenta que o Tribunal ora impetrado limitou-se a determinar que seja considerada a primeira condenação (2007), em função da segunda (2010) ter aplicado pena maior.

Assim, sustenta que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal, com base em dois fundamentos: a um, porque seu recurso de apelação, com relação a dosimetria penal não foi analisado; a dois, porque na fixação de sua pena base foram considerados processos em curso para quantificar a sua conduta social.

Aduz que, *ao determinar objetivamente que a pena de um dos crimes fosse fixada em 21 anos, para não ferir o Princípio da Ne reformatio*

*impejis, sem analisar a questão da dosimetria penal, o Tribunal de Justiça do Amapá negou a réu o exercício da jurisdição, o duplo grau de jurisdição e o devido processo legal (e-STJ fl. 12).*

Pugna, liminarmente, pela imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, seja concedida a ordem para decretar a nulidade do processo, bem como para determinar a correta dosimetria penal, excluindo-se o acréscimo decorrente da consideração de processo em curso.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, que se confunde com o próprio mérito.

Ademais, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, a fim de se aferir a existência de eventual constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal impetrado acerca do alegado na presente impetração, em especial se houve o trânsito em julgado e se a defesa submeteu a matéria ao crivo do TJAP, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator